
ESTUDOS DE DOCUMENTOS SOB A PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

Document studies under the linguistic perspective

Luiz Antonio Ferreira¹
Jarbas Vargas Nascimento²

RESUMO: Qual é o grau de legibilidade oferecido por um texto escrito no início de nossa formação histórica, quando o encontramos séculos depois e não somos o leitor virtual instaurado no momento da escrita? Para um linguista, o texto é uma dimensão especial em que o silêncio convive com o revelar e o esconder simultâneos. Por isso, ler é desvendar sentidos possíveis: a palavra é sempre uma resposta à palavra do outro, uma reação do que já foi dito anteriormente e, assim, contempla uma intenção de confirmar, modificar ou rejeitar o já posto. Este texto percorre, rapidamente, a história da linguística para demonstrar caminhos possíveis de análise de textos do Brasil Colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Documento; Linguística, Leitura; Brasil colonial.

ABSTRACT: What is the degree of legibility provided by a written text in the beginning of our historical formation, when we found it centuries later and we are not the virtual reader introduced at the time of the writing? To a linguist, the text is a special dimension that silence coexists with the reveal and conceal simultaneously. Therefore, reading is unraveling possible meanings: the word is always an answer to the other's word, a reaction that has been said before and, thereby, contemplates an intention to confirm, modify or reject what was already been placed. This article shows, rapidly, the history of linguistics to demonstrate possible ways to analyze texts of colonial Brazil.

KEYWORDS: Document, Linguistic, Reading, Colonial Brazil

O que conhecemos dos discursos que caracterizaram o Brasil Colonial em sua dimensão linguageira e argumentativa? A história dessa gente do Brasil se revelou (e se escondeu) por meio de documentos enunciados em textos de muitas origens e de lugares discursivos bem nítidos. Uma pergunta simples dá o mote para o desenrolar de nossa reflexão: Para

1 Doutor, PUC-SP.

2 Doutor, PUC-SP.

um analista da linguagem, qual é o grau de legibilidade oferecido por um texto escrito no início de nossa formação histórica, quando o encontramos séculos depois e não somos o leitor virtual instaurado no momento da escrita?

A primeira resposta possível é bem ampla: quando um silêncio histórico se impõe por motivos contextuais menos ou mais nítidos, um pesquisador esforça-se por transformar o não dito em dito de alguma forma. Faltam documentos para análise ou existem, mas — segundo dizem — não são “confiáveis”? O silêncio é de circunstância, uma vez que a documentação possível está guardada a sete chaves por poderosas instituições que cultuam os regimes do esconder? O que há disponível em algum lugar? Para responder questões como essas, é preciso considerar que, para um linguista, todo silêncio é eventual e perdura até o exato momento em que se encontra um texto. E o texto faz barulho de algum modo porque, para o leitor preocupado com as artimanhas da linguagem, emerge um contexto de gritos, sussurros e, sobretudo, de enunciados e enunciações, que são, por essência, significativos. A atitude de um analista da linguagem diante do fenômeno linguístico é sempre descritiva, explicativa, não prescritiva e a linguagem, por sua vez, é vista como uma forma de interpretar o mundo que nos cerca, como uma experiência riquíssima, que permite o enveredar pelos caminhos da materialidade da língua, pelas armadilhas da exterioridade da significação e de suas relações com o contexto de produção.

Hoje, graças aos avanços da Linguística, quase um século depois de sua fundação, um analista pode atentar para uma importante afirmação, colhida nos estudos de Charaudeau (2005), que conduz para a questão do princípio de alteridade inerente ao discurso: todo ato de linguagem emana de um sujeito e esse ato é que vai gerir sua relação com o outro. Assim, o sujeito, no discurso, sempre possui um projeto de influência que está intimamente ligado ao seu auditório, às condições em que se encontra para dizer o que diz ou não diz, mas o revela de algum modo. Na mesma perspectiva, como toda análise pressupõe intencionalidade, o texto também possui uma intenção criativa, formal e retórica, que, na dependência de uma série de fatores, perde ou ganha em legibilidade.

O texto, então, venha de onde vier, não consegue esconder identidades, abre brechas de significação, permite perceber o afetivo, o rústico, a intolerância, o sofrimento difuso, a vulnerabilidade, o movimentar das paixões, reconstrói os afetos e, sempre, mostra as possíveis relações do indivíduo com o mundo. Todas essas relações são expostas pelo intrincado fenômeno da linguagem e revelam no tecer textual a nossa historicidade.

Esse universo documental, histórico-discursivo, que incita à pesquisa, é o centro de nossas reflexões neste artigo. É, também, nesse sentido que entendemos o termo “documento”: o produto verbal de um autor,

com intenção literária ou não, com tendências ideológicas nítidas ou não, que se dirige a um leitor virtual, com alguma intencionalidade, num contexto definido ou não *a priori*. Esse autor, que, no seu tempo, escreveu para um leitor virtual, encontra um leitor real, um auditório em busca da polissemia. Para um linguista, o texto é uma dimensão especial em que o silêncio convive com o revelar e o esconder simultâneos. Por isso, ler é desvendar sentidos possíveis. É importante ressaltar que, para um analista da linguagem, a palavra é sempre uma resposta à palavra do outro, uma reação do que já foi dito anteriormente e, assim, contempla uma intenção de confirmar, modificar ou rejeitar o já posto (Bakhtin, 1977).

Para os propósitos deste texto, faremos um recorte ligado à dimensão argumentativa da linguagem, vista como parte do funcionamento discursivo. Para o conceito de discurso, retomamos Benveniste (1974, p.241-242), que conceitua o discurso como “toda enunciação que supõe um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar o outro de algum modo.” Diante de um texto, todo um universo discursivo se apresenta como um jogo de influências múltiplas que, de algum modo, pretende — como afirmam Perelman & Tyteca (1996), conquistar a adesão do auditório a uma tese.

I — BREVISSIMO PERCURSO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

No caminhar da história da Linguística os estudos nem sempre tiveram o teor exposto acima, pois fazer análise linguística pressupõe um propósito e, evidentemente, paradigmas e conhecimento científico no momento da leitura influenciam a análise e a produção de resultados. Não é propósito de este texto apresentar as diferenças entre os vários programas de investigação científica e orientações teórico-metodológicas que constituem a ciência da linguagem, mas, sim, traçar, de modo amplo e modesto, um panorama dos caminhos teóricos que constituíram respostas para indagações fundamentais sobre o fenômeno da linguagem. Importa-nos ressaltar, com Marcuschi e Salomão (2004: 15) que a Linguística “não se recusa a analisar todos os problemas formais e estruturais, processos comunicativos e interativos, cognitivos e (sócio-históricos) que envolvem o ser humano em suas atividades diárias”, já que, por ser a linguagem o maior empreendimento humano, não poderia ser compreendida de forma unívoca.

A Linguística Geral concebe a linguagem como uma capacidade que caracteriza todos os seres humanos para a comunicação e, de acordo com Varó (1990), os estudos linguísticos podem ser categorizados em três grandes

paradigmas: o estruturalista, o gerativo-transformacional e o pragmático (textual-discursivo).

Os comparatistas e neogramáticos, a partir de estudos realizados do final do século XVIII até as primeiras décadas do século XX, já prenunciavam uma linguística que ainda estava em busca da identificação de seu objeto. Do final do século XVII até as primeiras décadas do século XX, há estudos significativos sobre a Gramática Comparada, feitos no século XIX, especificamente no período que vai de 1810 a 1875 (PARVEAU&SARFATI, 2006), que se referem tanto a um domínio de estudos quanto a uma orientação linguística que pretendia estabelecer ligações de parentesco entre dois ou vários idiomas separados no tempo. É, porém, Saussure o grande responsável pela teorização da linguística moderna, no *Curso de Linguística Geral*, lançado em 1916. Ao estudar a língua como objeto abstrato, produziu um efeito de desconstrução do sujeito psicológico livre, que reinava na reflexão da Filosofia e das Ciências Humanas no final do século XIX, instaurou uma ruptura com a linguística comparatista de sua época e propôs uma abordagem não histórica, descritiva e sistemática dos estudos da linguagem, mais tarde denominada “estrutural”. Como afirmam Marcuschi e Salomão (2004, p. 15), “o que marcaria a linguística contemporânea seria aquilo que se consolidou no século XIX, isto é, a ideia da ‘língua como sistema autônomo’ que pode ser estudado em si mesmo como um objeto legítimo.”.

Grandes correntes de estudos linguísticos, a partir das implicações interpretativas do *Curso de Linguística Geral*, prestaram importantes contribuições para o pensamento estrutural-funcionalista: o Círculo Linguístico de Praga, em que se destacam Troubtskoï e JaKobson e o Círculo de Copenhague, que tem Hjelmslev como principal figura. Numa linha evolutiva de interpretação formalista, surgem figuras fundamentais para os estudos linguísticos: Bloomfield, Harris, Pike, Gross e Chomsky. Os estudos sobre os mecanismos de discursivização, que abrem a reflexão para a problemática da enunciação, são representados por figuras que deram ênfase diversificada às regulações do discurso e do lugar que nele ocupa o sujeito falante: Benveniste, Ducrot, Culioli.

No início da década de 60, por exemplo, a descoberta pelos brasileiros dos estudos estruturalistas saussurianos — e, aqui, Mattoso Câmara Jr. foi o expoente — deu à pesquisa linguística um caráter muito objetivo de análise da língua como código. A *langue* e não a *parole* era o foco de análise. Durante o estruturalismo linguístico, acreditava-se que a linguagem se concretizava na aquisição de uma língua, código ou sistema e, dentre outros pressupostos fundamentais para elaboração dos estudos linguísticos, os estruturalistas pesquisavam a partir de uma visão

unidisciplinar e preocupavam-se em estudar as línguas para encontrar evidências que pudessem servir para a descrição da estrutura geral da linguagem. O estruturalismo impulsionou sobremaneira os estudos fonético-fonológicos e sintáticos e, evidentemente, não centrava suas preocupações analíticas nos aspectos semânticos e pragmáticos. Terreno fértil no campo da Linguística Descritiva, o estruturalismo, como afirmam Marcuschi e Salomão (2004, p. 16), deu origem à Linguística de Texto.

Houve, a partir das ideias de sincronismo e diacronismo, para citar apenas alguns exemplos dentre os muitos possíveis, uma fase de apego à Semântica Estrutural, sobretudo com os estudos de Pottier e Greimas. Na década de setenta, o gerativismo de Chomsky chamou a atenção de muitos linguistas brasileiros e o texto passou a ser visto sob essa influência. Os linguistas gerativo-transformacionais deram um novo olhar aos estudos estruturalistas, na medida em que buscavam explicar a linguagem humana pela noção de produtividade. A língua em uso, porém, assim como nos estudos estruturalistas, não era ainda objeto de análise.

Mas a Linguística, como as demais ciências, avança de algum modo ao canalizar o olhar para outros fenômenos possíveis de serem analisados. Assim, o texto-produto enunciado passou a diferenciar-se do texto-processo e os diversos modos de manifestação verbal receberam atenção em seus aspectos de organização interna (co-textual), e discursiva (contextual). O projeto gerativista, de cunho formalista, deu lugar aos funcionalismos que, a princípio, não se opunham ao formalismo (Jakobson, Halliday, Dick). A Linguística de Texto trouxe à tona estudos sobre o processamento cognitivo sociointeracional das informações e os fatores cognitivos, sociais, culturais e ideológicos presentes no texto e no discurso ganharam espaço em estudos já com base multidisciplinar.

Em meados do século XX, a ciência da linguagem estava impregnada de “psicologismo”. Como reação a essa tendência, estudiosos com posições teóricas externalistas, deram à Linguística novas perspectivas como a Sociolinguística, a Pragmática, a Psicolinguística, a Semântica Enunciativa, a Análise da Conversação, a Linguística Textual, a Análise do Discurso que não se interessam apenas pelo sistema da linguagem, mas sim pelo modo como a linguagem se relaciona com seus exteriores teóricos e com o mundo e, a partir de pressupostos teóricos diversos, estabeleceram definitivamente as relações com a exterioridade da linguagem ao problematizar a separação entre a materialidade da língua e seus contextos de produção e, com o auxílio de saberes advindos de outros campos do saber, proporcionaram ao estudioso da linguagem diferentes olhares sobre as formas de construções dos sentidos, sobre aspectos de nossa subjetividade e alteridade.

Esses são apenas alguns exemplos colhidos no universo dos estudos linguísticos. Grosso modo, há um núcleo-duro dessa ciência que engloba os estudos de fonologia, morfologia e sintaxe e, no decorrer do tempo, foram sendo incorporados outros estudos como, para citar apenas mais alguns, os da Historiografia Linguística, da Etnolinguística, da Psicolinguística, da Neurolinguística, da Semiótica Discursiva, da Análise do Discurso, da Análise Crítica do Discurso...

Como se vê, convivem, hoje, muitas faces teóricas na própria Linguística, várias campos interdisciplinares, pois muitas áreas de estudo se interessam pela linguagem. Todas, a seu modo, contribuem significativamente para o desvendar do dizer em sociedade. Desse modo, seja qual for a intenção de análise, as leituras linguísticas são operadas a partir de pressupostos e métodos teóricos diversos mas, sempre, revelam o homem em suas práticas discursivas, o homem na História, um ser humano em sua prática de divulgar-se e de documentar o já vivido.

Falar é perpetuar a memória, é reconstituir o humano. O texto materializa esse perpetuar e dele emanam discursos plurissignificativos. A Linguística, seja qual for o ramo de exploração teórica ou analítica, ainda pode ser entendida, num sentido amplo, como a ciência da linguagem verbal humana.

O analista, então, não se debruça sobre um texto apenas em busca de sua “veracidade”, mas, sim, para ressaltar os processos linguageiros e suas inúmeras armadilhas de sentido que, enquanto revelam, escondem e suscitam sentidos outros, diversos, inúmeros, possíveis de serem verificados pelas marcas textuais. O “real” e “verdadeiro” são apenas construções discursivas que possuem muitas arestas de natureza contextual, histórica, social e individual. Uma análise discursiva também pressupõe uma condição, intrínseca, de interação, de observação atenta de um dispositivo de enunciação concreto, que leva em conta quem fala, a quem fala, em que relação de lugares, em que circunstâncias de elaboração de discurso, num particular espaço social dado, com objetivos, regras e restrições inerentes ao próprio dizer.

II — SOBRE DOCUMENTOS E SUAS RELAÇÕES COM A HISTÓRIA: O BRASIL COLÔNIA

No que tange à documentação disponível para análise do Brasil colonial, considere-se a significativa importância de um texto, pronunciado por Momboré-Uaçu, nas imediações de São Luís, no Maranhão, diante de autoridades da França Equinocial, por volta de 1612 (linguagem adaptada) e

registrado pelo jesuíta Claude D'Abeville. Ressaltamos que nossa intenção não é analisá-lo sob esta ou aquela perspectiva linguística, mas, sim, demonstrar alguns caminhos possíveis para a leitura do documento:

Vi a chegada dos portugueses em Pernambuco e Potiú. Eles começaram como vocês, franceses, fazem agora. Inicialmente, os portugueses só comercializavam, não fixavam residência. Nessa época dormiam livremente com as moças, o que os nossos companheiros de Pernambuco achavam muito honroso. Mais tarde, disseram que nos devíamos acostumar a eles, que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e edificar cidades para morarem conosco. Parecia que desejavam que constituíssemos uma só nação. Depois, começaram a dizer que não podiam tomar as moças sem mais aquela, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento e que elas não podiam casar sem que elas fossem batizadas. E para isso eram necessários padres. Mandaram vir os padres e estes ergueram cruzes e principiaram a instruir os nossos e batizá-los. Mais tarde afirmaram que nem eles nem os padres podiam viver sem escravos para servir e para eles trabalharem. E assim, nos vimos obrigados a fornecer-lhes escravos. Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os nossos filhos e acabaram escravizando toda a nação. Nossa nação foi tratada com tirania e crueldade de tal maneira que os que ficaram livres foram forçados a deixar a região. Assim aconteceu com os franceses: da primeira vez que vieram para cá, [há cerca de quarenta anos atrás], só quiseram fazer comércio. Como portugueses, vocês não recusavam tomar nossas filhas e nós nos julgávamos felizes quando elas tinham filhos. Nesta época, vocês não falavam em se fixar por aqui, contentando-se em vir para cá uma vez por ano. Agora vocês já falam em se estabelecer por aqui, em construir fortalezas contra nossos inimigos. Para isso trouxeram um chefe e padres. Nós estamos satisfeitos, mas os portugueses fizeram o mesmo. Depois da chegada dos padres, vocês levantaram cruzes como os portugueses. Agora começaram a catequizar e a batizar, como os portugueses fizeram. Dizem que não podem mais tomar nossas filhas sem casar e sem batizá-las. O mesmo disseram os portugueses. Como os portugueses, vocês, a princípio, não queriam escravos. Agora, pedem escravos. Não creio que vocês têm a mesma intenção

que os portugueses. Digo apenas o que vi simplesmente com meus olhos (ABEVILLE, 1975, p. 115-6).

Um documento como esse, põe em xeque culturas distintas que, nas primeiras décadas do século XVII, conviviam num mesmo espaço geográfico. Estamos acostumados a filtrar nosso conhecimento sobre o homem do período colonial pela voz dos colonizadores. Pero Vaz de Caminha, Pero Lopes de Souza, Pero de Magalhães Gandavo foram importantes para nos dar a ideia de que ainda não se via a terra brasileira como uma nação, mas como um espaço geográfico a ser conquistado. É evidentemente importante que se analisem os textos de informação criados por estrangeiros, pois documentam uma visão de mundo e da linguagem que herdamos dos primeiros observadores do país. Neles, a ideia do bom selvagem é nítida. O texto do velho chefe revela um outro lado, menos nítido: o dos conquistados. O discurso, em muitos momentos, remete ao discurso do colonizador para confirmá-lo, como se pode facilmente observar nos fragmentos a seguir:

A) texto de Caminha:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, a qual, praza a Nosso Senhor que os traga porque, na verdade, esta gente é boa e de bela simplicidade. (...) E Ele nos por aqui trouxe, creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E praza a Deus, que com pouco trabalho seja assim!

B) texto de Mamboré-Açu:

Inicialmente, os portugueses só comercializavam, não fixavam residência. Nessa época dormiam livremente com as moças, o que os nossos companheiros de Pernambuco achavam muito honroso. Mais tarde, disseram que nos devíamos acostumar a eles, que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e edificar cidades para morarem conosco. Parecia que desejavam que constituíssemos uma só nação. Depois, começaram a dizer que não podiam tomar as moças sem mais aquela, que Deus

somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento e que elas não podiam casar sem que elas fossem batizadas. E para isso eram necessários padres. Mandaram vir os padres e estes ergueram cruzes e principiaram a instruir os nossos e batizá-los (ABEVILLE, 1975, p. 115-6).

É sensível que os colonizadores não conheciam nem reconheciam a cultura indígena e que viam os nativos como inocentes e receptivos e simultaneamente selvagens e carentes de salvação. Os próprios *degradados*, prisioneiros políticos de Portugal, seriam, a princípio, também responsáveis pela difusão da Santa Fé. O velho chefe Mamboré-Uaçu, porém, demonstra que a inocência aparente não subtrai a capacidade de observação e de constituição argumentativa, não subtrai o poder de análise ao desvelar como o discurso dominante na Europa fora, a princípio subvertido por atitudes consideradas imorais pelos próprios colonizadores (*dormiam livremente nossas moças/ Depois, começaram a dizer que não podiam tomar as moças sem mais aquela, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento*).

Ancorado por um *ethos* de experiência, Mamboré-Uaçu argumenta pelo exemplo, com muita perspicácia e delicadeza: “Não creio que vocês têm a mesma intenção que os portugueses. Digo apenas o que vi simplesmente com meus olhos”. O velho chefe indígena, então, denota intenção de persuadir sem valer-se da objetividade da linguagem. Esse fragmento do discurso do chefe indígena poderia remeter o analista da linguagem — para mostrar apenas um dos muitos ângulos possíveis de postura analítica — para os estudos de Charaudeau (2005) e serviria de subsídio para demonstrar que todo ato de linguagem emana de um sujeito que gere sua relação com o outro (princípio de alteridade) com o fim de influenciá-lo (princípio de influência) e levar em conta que o parceiro tem seu próprio projeto de influência (princípio de regulação).

É na natureza do questionamento que as Ciências da Linguagem e as demais ciências se aproximam ou se separam para produzir conhecimentos. O exemplo dado demonstra que é possível refletir sobre a visão das classes subalternas do Brasil Colônia a partir da fala de Mamboré-Uaçu, mas, sobretudo, que é possível verificar como se dá a constituição argumentativa de um sujeito inscrito nessa categoria social. O chefe indígena, com muita destreza no uso da língua, esforça-se conscientemente para reorientar, pelos recursos da linguagem, a visão de cultura demonstrada pelo outro. Não pretende apenas adesão a uma tese, mas, de modo ainda mais profundo, quer alterar modos de ver o mundo e o outro, de sentir o que o outro sentiu no momento histórico retratado. O chefe é persuasivo e

demonstra, sem explicitar, a divergência de pontos de vista em um contexto de confronto, aparentemente — e apenas aparentemente — muito amigável.

Evidentemente, para os estudos de qualquer área do conhecimento, a perspectiva histórica de um documento é fundamental para atingir os mais diversos propósitos de pesquisa. Para um estudioso do discurso, porém, um documento de natureza histórica não pode ser apreendido sem levar em conta a dimensão linguageira e constitutiva. Diante de um texto, todo um universo discursivo se apresenta e será sempre a materialidade linguística que sustentará o primeiro olhar analítico.

Como afirma Ducrot (1972: 123), ao compreender um enunciado, considera-se não apenas um componente linguístico, mas — sim e sobretudo — “um componente retórico capaz de prever, levando em conta essas significações e as condições de emprego, o sentido efetivo do enunciado nos diferentes contextos em que seja empregado”. Austin (1990), do mesmo modo, lançou, em seus estudos pragmáticos, uma pergunta fundamental: “Que é que se faz, quando se diz alguma coisa? E sabia perfeitamente bem que atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários são parte integrante do dizer e que tais atos dependem fundamentalmente de um contexto de enunciação que pode ser traduzido pela linguagem”.

O texto de Mamboré-Uaçu é exemplar para a demonstração de como um discurso essencialmente argumentativo se camufla em texto de informação, em depoimento que, aparentemente pretende apenas contar uma experiência, mas que, de modo implícito, quer direcionar o olhar do outro para a adesão a teses muito bem elaboradas anteriormente. Para aqueles que se preocupam com as artimanhas do dizer, o texto de Mamboré-Açu permite um mergulho na inscrição da argumentação na materialidade linguageira em uma situação de comunicação concreta. O texto dá espaço para reflexões sobre estratégias discursivas à espera de uma revelação do dizer numa perspectiva interacional, numa dimensão institucional ou social. Quando assim é, o analista do discurso cumpre sua missão de apreender o discurso como entrelaçamento de um texto e de um lugar social que se permite revelar nos meandros polissêmicos do próprio discurso. A língua constrói, sempre, uma história — coletiva ou singular — do que fomos, do que somos ou do que queremos ser. É no desvendar do discurso que perpassa o texto que observamos a intenção de persuadir, de despertar riso, de provocar o transbordamento da ironia, da raiva, do ódio, do amor e, enfim, de todas as paixões humanas.

Em um enunciado como “Depois, começaram a dizer que não podiam tomar as moças sem mais aquela”, quanto não há de informações implícitas, de intertextos, de interdiscursos, de confronto violento de teses antagônicas no seio do próprio discurso dominante dos colonizadores? Não

basta ler o texto e revelar seus aspectos exteriores: é preciso enveredar pela espessura do discurso, analisar as astúcias da verbalização que se revela na interação pretendida, pois há uma argumentatividade inscrita na linguagem e isso faz pressupor que um mesmo dizer pode revestir-se de uma significação amplamente diferente, numa dependência direta do contexto em que é explicitado, da maneira como é formulado e, ainda, do auditório a quem é dirigido.

O mesmo texto permitiria muitas outras perspectivas analíticas, na dependência direta dos objetivos do pesquisador. Seria possível, por exemplo, enveredar por caminhos que ressaltassem os aspectos ideológicos (Pêcheux, 1969), a intencionalidade (Benveniste, 1974), o implícito (Ducrot, 1972), o dialogismo (Bakhtin, 1986), as influências múltiplas (Kerbrat-Orecchioni, 1990), a interdiscursividade (Maingueneau, 2002), o princípio de alteridade (Charaudeau, 2005), os aspectos argumentativos (Grize, 1990; Breton, 1996; Perelman, 1996; Meyer, 2005), e muitos outros aspectos do quadro comunicacional e sócio-histórico que são de interesse do cientista da linguagem diante de um texto. É mesmo importante perscrutar uma “constelação” (Amossy, 2011) de sentidos para chegar a algumas conclusões que se revelam sem que necessariamente estejam explicitadas.

Enfim, analisar o discurso é infiltrar-se na forma como os discursos circulam, é estar atento ao antes e ao em torno deles, a fim de buscar pistas para revelar o que é dito e escrito em uma determinada sociedade, ainda que o autor não se refira diretamente a ela e nem saiba que seu dizer é altamente alimentado pelo que foi dito ou escrito anteriormente. Numa perspectiva discursiva, as palavras, expressões ou estruturas sintáticas não são uma garantia de sentido (que seria recuperada pela Historiografia Linguística), ou que os autores de qualquer tempo tenham dito tudo e só o que queriam e que, para entendê-los em sua dimensão significativa, bastaria conhecê-los, estudar a época para decifrar o sentido de um texto. Se vista estritamente na perspectiva dos princípios da Análise do Discurso, a língua é polissêmica e, nesse sentido, opaca:

Em suma, a AD rompe com a concepção de sentido como projeto de autor; com a de um sentido originário a ser descoberto; com a concepção de língua como expressão das ideias de um autor sobre as coisas; com a concepção de texto transparente, sem intertexto; com a noção de contexto cultural dado como se fosse uniforme (POSSENTI, 2004, p. 360).

Um linguista, diante de um documento, criado em qualquer época no tempo, está sempre em busca dos significados numa dimensão retórica,

pragmática, histórica, semiótica e semântica do dizer. Por isso, é muito atrativo demonstrar a validade ou pertinência desse dizer pela análise da construção das asserções que pretendem convencer, pela análise das formas de explicitação do raciocínio para atestar as conveniências ou inconveniências de determinadas ações humanas, vistas por uma perspectiva singular de autoria. É também muito interessante verificar como o enunciador entende a história de seu povo e, pelo uso da linguagem, busca mobilizar os recursos linguísticos para suscitar a adesão dos espíritos à tese proposta. Sua intenção argumentativa é muito nítida, mas, no dizer explicitado, há uma afirmação aparentemente muito humilde: “*Digo apenas o que vi simplesmente com meus olhos*”. Por sob o texto, há muitas significações possíveis para essa construção linguística.

Diferentemente de pesquisa em outras áreas do conhecimento humano, investigar, em Linguística, é encontrar um universo em que as metodologias sozinhas não são suficientes para o descortinar dos meandros da linguagem humana. Por isso, os estudos multidisciplinares são tão comuns nas análises linguísticas contemporâneas. Por isso, a noção de documento é tão singular para o linguista: olhar um texto, seja qual for, em sentido lato ou estrito, é buscar também efeitos de sentido, é buscar as condições de emprego, os sentidos da enunciação nos enunciados e os contextos em que se corporificaram. É essa visão que torna o discurso passível de análise: o discurso, sempre, comporta em si uma tentativa de fazer ver as coisas do mundo de uma determinada maneira, justamente para agir sobre o outro persuasivamente.

O texto é mesmo o repositório das memórias. Às vezes, ressalta o inconfessável, às vezes, esconde o tão dedicadamente procurado. Sempre, porém, faz emergir da penumbra uma informação nova, ainda que tímida, e indica um caminho que não admite o reinar do calar absoluto. Por isso, um texto, para um linguista, é um documento: de qualquer modo e à sua maneira, revela os porquês do que foi dito, assim como as razões inebriantes do silenciar. Todas as ciências buscam o *logos*. Os linguistas da contemporaneidade estão também preocupados com o aspecto lógico, supostamente concreto do dizer, mas, sobretudo buscam verificar a constituição dos sujeitos no discurso (*ethos*) e os reflexos do dizer naquele a quem se dirige (*pathos*). O universo da *doxa*, que congrega as opiniões no mundo, é fundamental no domínio das Ciências da Linguagem, pois o próprio questionamento do pesquisador se ancora sobre os procedimentos verbais.

Quanto maior a distância do texto no tempo, maior o número de silêncios e segredos esperam por ser revelados. O que é linguageiro aparece como obstáculo e incita à pesquisa, uma vez que há sempre uma base

histórico-contextual-enunciativa que implica o dizer desta ou daquela maneira e há, sempre, como afirma Amossy (2011), “*um esqueleto escondido sob a carne das palavras*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEVILLE, Claude D. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 115-6.

CHARAUDEAU, Patrick. *Le Discours Politique*. Les Masques Du Povoir. Paris: Vuilbert, 2005, p. 12)

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: Perspectivas Teóricas e Recortes Disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Pires e Moisés Olimpo Ferreira. In EID&A — Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e argumentação, Ilheus, no. 1, p. 129-144, Nov, 2011.

BAKTHINE, Mikhail (Volochinov). *Le Marxisme et la Philosophie du Langage*. Paris: Minuit, 1977.

BENVENISTE, Emile. *Problèmes de Linguistique Generale*, Paris:Gallimard, 1974, p. 241-42.

BRETON, Philippe. *L'argumentation dans La Communication*. Paris: La Découvert, 1996.

CAMINHA, Pero Vaz. *Carta a El Rei D. Manuel*. Dominus: SP, 1963, disponível em www.dominiopublico.gov.br/pesquisa.

DUCROT, Oswald. *Dire et ne Pas dire*. Paris: Hermann, 1972, p. 123. [Princípios de Semântica Linguística (dizer e não dizer). São Paulo: Cultrix, 1977].

GRIZE, Jean-Blaize, *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1990.

KERBRAT-ORECCHIONI, Cath. *Les Interactions verbales*. Paris: Armand Colli, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. Tradução de Cecília P. Souza-e-Silva e Décio Rocha, 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, L.A E SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Introdução. In MUSSALIN, Fernanda e BENTES, ANA Christina (orgs.). *Introdução à Linguística 3 — Fundamentos Epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 15.

MEYER, Michel. *Qu' est-ce que l' argumentation?* Paris: Vrin, 2005.

PÊCHEUX (1969). PERELMAN, Ch'aim & OLBRECHTS-TYTECA. *Tratado de argumentação: A Nova Retórica*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

POSSENTI, Sírio. Teorias do Discurso: Um caso de Múltiplas Rupturas. In MUSSALIN, Fernanda e BENTES, ANA Christina (orgs.). *Introdução à Linguística 3 — Fundamentos Epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 359.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antonio Cheline, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 11ª. Edição, São Paulo: Cultrix, s/d.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. Leitura: Produção Interacional de Conhecimentos. In BASTOS, Neusa Barbosa (org). *Língua Portuguesa, História, Perspectivas, Ensino*. São Paulo: Educ, 1998, p. 135-152.

VARÓ, E.A. *Paradigmas de la investigación lingüística*. Alcoy: Editorial Marfil, 1990.

Data de recebimento: 15 fev. 2013.

Data de aprovação: 30 abril 2013.